

A ARQUITETURA COMO CULTURA MATERIAL: o 5º grupo escolar “Barão do Rio Branco” em Belém (1906-1912)

Mário Allan da Silva Lopes

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o prédio do 5º grupo escolar em Belém, como espaço difusor de conhecimentos e práticas republicanas. Para isso, utilizamos como fontes históricas o relatório do 5º grupo escolar do ano de 1909, mensagem do governador em 1907, o decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 e o próprio espaço físico do prédio escolar. Para dar suporte à análise, dialogamos com autores da história e da cultura material, como Diana Vidal, Dominique Julia, Cesar Castro, Viñao Frago, Le Goff e outros. A pesquisa nos permitiu compreender que o espaço escolar também é pensado para servir ao modelo de educação vigente. Através dele pretendeu-se transmitir as noções de uma boa higiene, de modernidade, de respeitabilidade, de patriotismo. Cada espaço era amplamente vigiado pelos funcionários, utilizando-se inclusive de artefatos próprios do prédio, como as escadarias. A educação estava em toda parte, portanto o estudo dos prédios escolares se mostrou muito importante para contribuir com a história da educação no Pará e no Brasil.

Palavras-chave: Prédio escolar; Cultural Material; Grupo Escolar; Educação republicana.

ARCHITECTURE AS MATERIAL CULTURE: The 5th School Group "Barão do Rio Branco" in Belém (1906-1912)

Abstract

This article aims to analyze the building of the 5th School Group in Belém, as a space for disseminating republican knowledge and practices. To achieve this goal, we used historical sources such as the 1909 report from the 5th school group, the governor's message in 1907, decree no. 625 of January 2nd, 1899, and the physical space of the school building itself. To support our analysis, we engaged with authors of history and material culture such as Diana Vidal, Dominique Julia, Cesar Castro, Viñao Frago, Le Goff, and others. Our research allowed us to understand that the school space was also designed to serve the prevailing educational model. Through it, the notions of good hygiene, modernity, respectability, and patriotism were intended to be conveyed. Each space was widely monitored by staff, including the use of building-specific artifacts such as staircases. Education was everywhere, so the study of school buildings proved to be very important in contributing to the history of education in Pará and Brazil.

Keywords: School building; Material Culture; School Group; Republican Education.

LA ARQUITECTURA COMO CULTURA MATERIAL: el quinto grupo escolar “Barão do Rio Branco” en Belém (1906-1912)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el edificio del 5º grupo escolar en Belém, como espacio difusor de conocimientos y prácticas republicanas. Para ello, utilizamos como fuentes históricas el informe del 5º grupo escolar del año 1909, mensaje del gobernador en 1907, el decreto nº 625 del 2 de enero de 1899 y el propio espacio físico del edificio escolar. Para apoyar el análisis, dialogamos con autores de la historia y de la cultura material, como Diana Vidal, Dominique Julia, Cesar Castro, Viñao Frago, Le Goff y otros. La investigación nos permitió comprender que el espacio escolar

también está pensado para servir al modelo de educación vigente. A través de él se pretendió transmitir las nociones de una buena higiene, de modernidad, de respetabilidad, de patriotismo. Cada espacio era ampliamente vigilado por los funcionarios, utilizándose incluso de artefactos propios del edificio, como las escaleras. La educación estaba en todas partes, por lo tanto el estudio de los edificios escolares se mostró muy importante para contribuir con la historia de la educación en Pará y en Brasil.
Palabras clave: Edificio escolar; Cultura Material; Grupo escolar; Educación republicana.

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre instituições escolares têm se preocupado nos últimos anos a reconstituir suas histórias tendo como referência não apenas os documentos emanados dos poderes públicos e por elas incorporados, mas também em investigar as práticas educacionais que eram exercidas nas instituições. Os pesquisadores têm buscado compreender as instituições educativas como espaços culturais marcados por simbologias e controles materializados internamente e externamente. Para Prates (2013, p. 363):

Pesquisas contemporâneas realizadas no campo dos estudos da História da Educação têm frequentemente se preocupado em conhecer e reconhecer o cerne das instituições educativas não a partir de uma abordagem direcionada a uma visão macro e generalizante, focada nas diretrizes legalistas estatais, e como estas se corporificavam nos documentos oficiais produzidos pela escola. Pelo contrário, as investigações têm se inquietado com o interior escolar, com suas práticas e culturas e de que forma foram sendo apropriadas em face de mecanismos de controle menores, materializadas ou não dentro das próprias instituições.

Vidal (2005, p. 5) destaca que as pesquisas históricas vêm concebendo a escola “como produtora de uma cultura própria e original, constituída por e constituinte, também, da cultura social”. Nesse sentido, compreende-se que toda instituição tem uma “vida própria”, sendo esta constituída por diversas partes que envolvem os alunos, professores, direção, bem como os materiais escolares, o prédio e sua estrutura, os objetos que fazem parte do dia a dia da instituição.

Em seu artigo *La culture scolaire comme objet historique*, Julia (2001) destaca,

esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Diante disso é importante destacar o conceito de cultura material, visto que tudo aquilo que o homem utiliza para determinados fins e são passíveis de manipulação, podem ser considerados objetos da cultura material. Portanto, uma cadeira, um livro, um lápis e até mesmo o próprio prédio escolar fazem parte do universo da cultura material. Os objetos

carregam em sua materialidade uma diversidade de conhecimentos que possibilitam ao pesquisador conhecer sobre o período e a instituição pesquisada, dando significado simbólico ao espaço escolar. Logo, entendemos a cultura material como:

[...] aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica). Para analisar, portanto, a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social (MENESES, 1983, p. 112).

Meneses (1983) nos traz uma análise bem interessante acerca da definição de cultura material apresentando-nos a abrangência que este conceito representa. Neste artigo, trazemos o prédio escolar com todos os seus espaços, como parte dessa cultura material escolar que pode ser analisada no contexto da história da educação e da história da instituição conforme nos aponta Castro (2011).

Castro (2011, p. 13) destaca não somente os materiais utilizados pelos alunos na instituição como parte da cultura material escolar, mas, também, todo e qualquer objeto que circulou no espaço e que fez parte do cotidiano das pessoas na instituição. O autor aponta uma diversidade de materiais que fazem parte da cultura material escolar como, “os objetos de leitura e escrita (lápiz, caneta, livros, etc.) [...], mobiliários (cadeiras, carteiras, bancos, mesas, etc.), indumentárias (fardamentos, chapéus, calçados [...])” Destaca que esses objetos “podem ser estudados sob perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado, pela diversidade e pela abundância de recursos naturais característicos das diversas regiões do Brasil (CASTRO, 2011, p. 13).

Castro (2011) também afirma que a cultura material é parte dos estudos da cultura escolar, pois por meio dela podemos perceber e compreender a instituição através dos usos de determinados objetos que ganham sentido a partir do momento que relacionamos o uso do objeto com o tempo (período histórico) e o espaço (lugar, região). O autor expressa que:

A cultura material pode ser entendida como parte do estudo da cultura escolar, ou seja, é uma maneira de fazer a história minuciosamente, tentando compreender o funcionamento e a organização da escola por meios das tipologias e do uso de determinados artefatos, que somente ganham sentido se relacionados ao tempo, ao espaço e, em especial, aos diferentes métodos de ensino e a natureza das disciplinas escolares (CHEVEL, 1990). Ou seja, os materiais adotados na disciplina geografia (mapas e globo, por exemplo) diferem dos de desenho (régua, esquadros, compassos, por exemplo) (CASTRO, 2011, p. 15).

Neste artigo, utilizamos também como fonte o relatório da diretora do 5º grupo escolar. Ele apresenta indícios da cultura material escolar presente na instituição, como: medalhas entregues aos alunos, materiais escolares recebidos pela escola como lápis, carteiras e quadros. Destaca materiais confeccionados pelos alunos como desenhos e bordados, de

livros escolares adotados nas aulas, discorre das condições do prédio escolar, entre outros assuntos. Precisamente, as informações sobre o prédio são o nosso foco.

O prédio do 5º Grupo Escolar Barão do Rio Branco, que passou a funcionar no ano de 1906, faz parte da cultura material, nos possibilita compreender a mentalidade dos representantes escolares e sobre a educação desenvolvida naquele espaço. Partimos do entendimento de que o espaço também educa, pois representa a extensão da proposta escolar difundida nas salas de aula, bem como controla e disciplina os sujeitos. Faz parte de uma metodologia que formaria as mentes para a escola e para o mundo, que moldaria pensamentos e comportamentos e que serviria de modelo de instituição republicana, como aponta Bencostta (2001). Portanto, nosso objetivo neste artigo é analisar o prédio do 5º grupo escolar em Belém, como espaço de educação, difusor de conhecimentos e práticas republicanas.

Essas práticas republicanas coadunam com o que chamamos de práticas educativas. No período republicano, essas práticas educativas estavam carregadas das simbologias republicanas e elas tinham a função de educar e construir um sujeito pensante com base nas mais modernas ciências difundidas em países ditos evoluídos daquela época, como é o caso de países como Portugal e França.

Essa modernidade buscava sujeitos capazes de levar como lema de vida o desenvolvimento da pátria brasileira através da educação e do trabalho, por esse motivo as práticas educativas do período republicano caminhavam nesse sentido, como apontam as autoras Marques e Carvalho (2016, p. 128):

As práticas educativas voltavam-se predominantemente para a aprendizagem intelectual e se organizam de acordo com método rigoroso, precisamente sistematizado. Eram centralizadas nos sujeitos – professores e alunos – tendo a escola com suas regras disciplinares, sua estrutura e organização, como o lugar destinado à sua realização. Estas práticas organizavam-se precisamente em torno da arguição e explicação por parte do professor, e da dissertação e exercício por parte do aluno, confluindo, por fim, na verificação suprema do exame, de caráter público e ritualizado.

É importante destacar que as movimentações escolares até o ano de 1905 demonstram que o prédio do 5º grupo escolar (até então chamado de Grupo Escolar à Av. Nazarê) foi um dos mais frequentados do estado, o que demonstra a responsabilidade dos funcionários da escola em manter o espaço adequado para o recebimento das crianças, bem como a responsabilidade com a educação lá ofertada.

Tabela 1: Matrícula dos grupos escolares da capital em 1905.

Instituição	Matriculados	Frequência
Grupo E. do 1º Distrito	322	238
Grupo E. do 2º Distrito	456	296
Grupo E. da Escola Normal	358	319
Grupo E. José Verissimo	496	372
Grupo E. à Praça Santa Luzia	613	486
<i>Grupo E. à Avenida Nazarê</i>	<i>620</i>	<i>435</i>
Total	2865	2146

Fonte: PARÁ, Mensagem de 07 de setembro de 1905, p. 49.

Nesse período histórico estudado haviam ao menos 32 grupos escolares funcionando em todo o estado, sendo 7 na capital e o restante dividido nas diversas cidades paraenses. A economia, muito pautada na extração do látex, contribuiu fortemente para o desenvolvimento do estado e para as construções e compras de diversos edifícios, incluindo o do 5º grupo escolar.

Arquitetura escolar: o espaço como meio de educar

O prédio escolar é um espaço que traz muitos resquícios da história da instituição, dos sujeitos que nele estudavam e trabalhavam, dos modos de pensar e desenvolver a educação, da qualidade do ensino e de como o grupo escolar se apresentaria perante à sociedade paraense.

O decreto de nº 625/1899 trouxe algumas obrigadoriedades que os Grupos Escolares deveriam atender como: espaços arejados e adequados para as aulas, boa iluminação, banheiros higienizados, bom espaço de convivência que serviria para a exposição das atividades do grupo. O 5º grupo escolar procurou atender essas obrigadoriedades, considerando que se apresentava como vitrine do saber. Para Frago (2001, p. 75, 77), “o espaço não é neutro. Sempre educa. [...] Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera ‘fluxos energéticos’”. A partir desde pensamento, entendemos que tudo aquilo que era pensado para o grupo escolar, tinha uma intenção, inclusive cada posição de móveis, cada estrutura física.

Bencostta (2001) contribui com a discussão ao dizer que as edificações escolares, principalmente nas áreas urbanas, também tinham o papel de materializar a modernidade que a república queria impor e mostrar à sociedade que cercava o grupo escolar. Para ele:

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações dos Estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação, em especial, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em regra geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponto de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime (BENCOSTTA, 2001, p. 105).

Frago (2001) e Bencostta (2001) apresentam nos seus estudos possibilidades de dos prédios escolares que vão além de olhar a estrutura por si só, mas também de entender o modo de educar às crianças através do espaço, compreendendo os ideais republicanos que a arquitetura trazia para a sua formação e que permeavam aqueles espaços do saber.

Em 1906, com a compra do prédio para sediar o 5º grupo escolar, à Av. Generalíssimo Deodoro, a secretaria de obras públicas do Estado considerou necessário realizar obras no prédio, com a finalidade de adaptá-lo a educação. Essas adaptações compreendiam obras no banheiro, na escadaria, nas salas de aula, entre outros.

De acordo com a mensagem do governador Augusto Montenegro de 1907, o prédio media aproximadamente 25,50 metros de comprimento por 20,50 metros de largura, em excelente estado de conservação. A parte da frente do prédio, que fica na Av. Generalíssimo Deodoro, media 46,20 metros, cercado por um muro e um portão de ferro, limitando a área do terreno. Pela Av. S. Braz (atualmente Braz de Aguiar), era limitado por um muro com 3 metros de altura e media 60,80 metros, onde havia um portão de madeira. Aos fundos do terreno é limitado por um muro, media 51,20 metros.

No fim do terreno havia uma casa cuja planta tinha formato em “C”, media 19 metros de comprimento por 11,60 metros de largura e era dividida em 3 compartimentos. Assim era a edificação destinada às aulas (em formato de “C”), que possuía 2 pavimentos. O primeiro dividido em 18 espaços e o segundo em 3. Com estes dados, o governo entendeu que o espaço era incompatível com os preceitos higiênicos e pedagógicos necessários para o funcionamento do 5º grupo escolar, dando-lhe assim outra forma e melhor divisão. Destaque aqui para a questão da higiene, muito problematizada pelo governo da época, eram muito importante a busca pela melhor adequação aos debates sobre a higiene e a saúde da população.

Para adaptar o prédio, algumas obras foram feitas na estrutura. À época, demoliram no primeiro pavimento 13 paredes e todo o segundo andar. O segundo andar foi levantado na medida de toda a fachada do prédio, apresentando o prédio em formato retangular, com ganho de novos espaços.

O primeiro pavimento era dividido no sentido longitudinal por um corredor de 6 metros de largura e na transversal por outro corredor, de 5 metros, formando assim uma cruz. Com essa disposição espacial ficaram 4 salas de aula destinadas ao sexo feminino nos cantos, medindo as duas da frente 10 metros por 6,45 metros cada uma e as duas do fundo 9,20 metros por 6,60 metros. Na parte que estava localizada a entrada principal, estava (e ainda está) instalada uma escada de ferro que dá acesso ao segundo pavimento. Aos fundos, do lado externo do prédio, estavam localizados os banheiros.

Destinado ao sexo masculino, o segundo pavimento tinha a medida de 20,50 metros de largura por 15,50 metros de comprimento, cobrindo uma parte do primeiro pavimento. Na frente, aos cantos, existiam duas salas de aula iguais às do primeiro pavimento, separadas por um corredor central. Além destas, havia mais duas salas próximas, de 9,80 metros por 5 metros, que se comunicavam com o corredor. Possuía um porão de 1,50 metros de altura e cada pavimento possuía a altura de 5 metros cada um, o que de acordo com o governador Augusto Montenegro (1907, p. 169), “dá para cada menino 6 metros cúbicos de ar”.

A divisão dos pavimentos em feminino e masculino demonstra que essa divisão começava a indo dentro dos muros da escola. Por muito tempo parece que era intuito formar homens inteligentes e capazes de trabalhar em grandes empresas e com atividades como advocacia e medicina. Enquanto que as mulheres, inclusive as atividades extracurriculares apresentam isso, eram instruídas para serem mulheres de família, educadas para o lar. Com o passar do tempo, foi visto que as mulheres também passaram a assumir cargos nas áreas educacionais. As mulheres estavam cada vez mais presentes na busca pela preparação “para a vida no lar e também para ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento” (ALMEIDA, 2014, p. 72).

Continuando ainda sobre a estruturação do prédio escolar, sobre o estilo das colunas frontais, o governador qualificava como sendo dórico¹ no primeiro pavimento e jônico² no segundo. O corpo central tinha formato de triângulo, tendo na face principal 4 colunas dóricas e nas laterais mais duas. No meio destas colunas, tem-se 3 portas que são a entrada do 5º grupo escolar. Na entrada permanece uma escada de mármore, de 7 degraus, terminando em um patamar, de 1,50 metros de largura e continuando até a parte central do prédio com 16 metros de comprimento.

¹ Estilo dórico: arquitetura grega que tem como características as colunas desprovidas de base, assentando no último degrau ou estilóbato; capitel despojado, arquitrave lisa, friso com métopas e tríglifos, e mútulos sob o frontão. Possui vinte linhas verticais.

² Estilo jônico: arquitetura grega caracterizada pelas colunas possuírem capitéis ornamentados com duas volutas, altura nove vezes maior que seu diâmetro, arquitrave ornamentada com frisos e base simples. Possui vinte e quatro linhas verticais.

De acordo com o governador Augusto Montenegro, todas as salas de aula davam vista para o jardim que contornava o prédio, recebendo ar e luz por amplas e numerosas janelas. Estes espaços deveriam estar todos em harmonia para que assim pudesse efetivar-se o plano de uma educação civilizada que a república precisava.

Para melhorar cada vez mais a higiene do prédio, o governador mandou trazer dos Estados Unidos da América (EUA), dois lotes de aparelhos sanitários de porcelana. Foi construído uma fossa, que precisou de uma canalização de esgoto, de 135 metros de comprimento, até a galeria mais próxima, que estava na praça Nazaré (nas proximidades da Igreja de Nazaré).

A cobertura do prédio era de telha francesa e o vigamento de acapú³. O prédio era pintado, internamente, com tinta Ripolin⁴. Outro item vindo do exterior foi a escada de ferro. Importada da Europa, começava com 2 lances de 15 degraus cada, encontrando-se numa área que dava uma ampla vista do salão do 5º grupo escolar e dali partia mais um lance com 14 degraus que levaria até o 2º pavimento.

A casa dos fundos foi dividida em duas partes: uma para moradia do porteiro e outra para guardar os objetos e móveis escolares. Do portão principal até a escadaria da entrada o terreno era calçado com pisos em paralelepípedos.

Abaixo apresentamos uma foto do 5º grupo escolar Barão do Rio Branco atualmente:

Figura 1: Escola Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

A imagem acima é do prédio em que hoje funciona a Escola Estadual Barão do Rio Branco em Belém-PA. Foi mantida a estrutura original do espaço do período da Primeira República quando foi instalado o 5º Grupo Escolar. Ao visitarmos o espaço pela primeira vez ficamos admirados com a grandeza da instituição. O prédio foi reformado em 2012 e manteve a estrutura original, exceto pela quadra de esportes e biblioteca, que foram construídos após esse período.

Como podemos observar o prédio possui amplas janelas, o que nos remete a um espaço onde a circulação de ar é constante e isso cumpria com o requisito de salubridade,

³ *Vouacapoua americana*. Árvore fornecedora de madeira, nativa da floresta tropical amazônica.

⁴ Marca de tinta portuguesa.

visto que a quantidade de doenças transmitidas, principalmente por insetos era grande e uma triste realidade. A política higienista, amplamente difundida no período da primeira república foi ponto chave para a nova formatação das instituições escolares no Pará. A preocupação com a saúde das crianças permitiu a intervenção de médicos e sanitaristas nas ações educacionais do estado, que iam desde a casa da criança, até as instituições escolares que os recebiam, como aborda Alves e Araújo (2016, p. 32):

No final do século XIX mais intensificado no início do século XX, em Belém, em decorrência do crescimento econômico e demográfico da cidade e dos problemas de resignificação do espaço urbano, as autoridades oficiais procuravam regular hábitos, costumes e padrões culturais que visavam “limpar” a cidade através de discursos médico-sanitaristas de profilaxias, práticas de higienização e desodorização do espaço urbano.

O prédio também apresenta um estilo clássico, muito utilizado naquele período como a intenção de assemelhar-se aos europeus e isso contribuía com a apresentação do 5º grupo escolar para a sociedade belenense. A escadaria, suas portas longas, bem como as janelas, remetem a um tom imponente, como os grandes casarões encontrados em países como Portugal.

A frente do 5º grupo escolar também transmite um estilo clássico. Nesse espaço amplo os alunos conviviam e se relacionavam, principalmente, nos momentos de recreio, onde eram monitorados por outros professores para, inclusive, realizar atividades físicas:

Figura 2: Frente da Escola Barão do Rio Branco atualmente.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Este prédio, no ano de 1912, serviu como um espaço de culto à república. Um busto em homenagem ao Barão do Rio Branco foi posto na entrada da escola, para que sempre fosse lembrado e servisse de exemplo para aqueles que estudavam e trabalhavam na escola e para aqueles que visitavam a instituição.

O busto, restaurado, ainda é um símbolo muito forte do que foi a educação na primeira república, representando as ações de sujeitos que marcaram a história da instituição e do próprio estado do Pará. Sujeitos que alçaram caminhos grandiosos no meio político e

educacional. O busto representa uma lembrança, tanto para alunos quanto para professores e outros funcionários, de onde a educação pode levar alguém. Abaixo segue uma imagem do busto restaurado:

Figura 3: Busto do Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Interessante destacar a fala de Le Goff (2013) quando o autor nos coloca que o documento é monumento, pois resulta de uma construção histórica da sociedade, que é duradoura, que fica, que marca, assim como um monumento. Para ele:

O documento é uma coisa, que fica, que dura, e o testemunho, o ensino (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária e involuntariamente – determina imagem de si próprias (LE GOFF, 2013, p. 497).

Diante desta fala, podemos também entender o próprio monumento como uma fonte cheia de significados, de sentimentos envolvidos, e neste caso, o busto do Barão do Rio Branco instalado no 5º grupo escolar representou um conjunto de significações republicanas e patrióticas, que são lembradas até hoje, podendo destacar o apelo para a dedicação ao estudo, responsabilidade com os ensinamentos, cumprimento das tarefas, respeito aos sujeitos mais velhos, respeito às instruções dos professores, o cuidado com a saúde, entre outros, que levariam na busca do verdadeiro republicano, alguém que buscaria ser modelo para os outros, assim como era tratado o próprio Barão do Rio Branco.

Os espaços internos do grupo escolar também eram pensados com finalidades pedagógicas. O grande salão, por exemplo, era utilizado para reuniões, festejos, exposições de trabalhos e atividades que reunisse a escola e a comunidade, o espaço amplo do salão de convivência foi utilizado durante os anos pelos alunos e professores do 5º grupo escolar. A seguir trago uma imagem do salão de convivência do 5º grupo escolar:

Figura 4: Salão de Convivência da Escola Barão do Rio Branco atualmente.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Na imagem temos o salão de convivência do 5º grupo escolar Barão do Rio Branco. Era neste espaço que os alunos se reuniam antes de entrar para as salas de aula, lá aconteciam os festejos do grupo e as exposições de trabalhos. Nestes momentos específicos costumava-se receber as visitas de pessoas da comunidade escolar e de figuras ilustres da república, como políticos da época.

Neste espaço central, o diretor do grupo escolar tinha uma ampla visão dos seus alunos e professores e das relações sociais que ali se estabeleciam. Do alto das escadarias do 5º grupo escolar, o diretor exercia sua hierarquia perante o restante do corpo escolar. As três escadarias carregam uma simbologia na instituição, elas eram o divisor de gêneros entre alunos e alunas, eram a demonstração da classe e elegância do grupo escolar, era também o “forte” do diretor, fazendo alusão aos antigos fortes militares, de lá fazia sua função de vigilância:

Figura 5: Visão que o diretor possuía do alto da escada.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

As escadarias que eram utilizadas no 5º grupo escolar foram importadas de países como a França e a Inglaterra. Elas mostram a luxuosidade que o 5º grupo escolar da capital possuía. Eram feitas de ferro e possuíam desenhos em sua estrutura, trazendo todo o charme de um produto importado para o espaço escolar. Estas escadarias carregam fortes traços das metodologias utilizadas para vigiar e moldar os comportamentos de alunos e professores da instituição. Observando as imagens podemos verificar um pouco destes detalhes:

Figura 6: Escada de ferro da Escola Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

Como podemos ver na imagem 6, a escada possui duas entradas que se reúnem no meio, em um pequeno corredor que era onde ficava o Diretor (a) do Grupo Escolar e depois uma única escada que levava as salas de aula na parte superior do prédio. No momento de entrada dos alunos para as aulas, normalmente o diretor ficava no alto das escadas vigiando os alunos (as) para que não houvesse nenhum tipo de relação entre meninos e meninas. Esperava-se que a educação ali exercida estivesse presente em todos os espaços físicos da instituição, era uma educação voltada para o futuro, para a formação de homens e mulheres capazes de difundir de corpo e alma, a república brasileira. O pequeno corredor onde ficava o diretor pode ser visualizado na imagem a seguir:

Figura 7: Corredor na escada de ferro da Escola Barão do Rio Branco.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2017.

No relatório do 5º grupo escolar dirigido à Augusto Olympio, Secretário de Estado, Interior e Instrução Pública, a diretora Maria Luiza Pinto de Amaral, no ano de 1909, destaca que o prédio onde funcionava o grupo escolar se encontrava em bom estado de conservação. O prédio do 5º grupo escolar precisou de poucas reformas. Uma das solicitações da diretora ao governador era que a conclusão da obra da casa que seria destinada ao porteiro, para que assim pudesse disfrutar desse profissional permanentemente cuidando da instituição, conforme destaca-se a seguir:

O prédio em que funciona o 5º Grupo, de dois anos de uso, está em perfeito estado de conservação, assim como o mobiliário ali existente. Seria de grande vantagem mandar concluir as obras da casa destinada a residência do porteiro do Grupo, que se acha muito adiantada, para termos assim no recinto do mesmo edifício um guarda, permanente. (PARÁ. Relatório do 5º Grupo Escolar, 1909, p. 9).

Os prédios escolares eram construídos ou adaptados para servirem a um ideal de educação que movimentava todo o corpo escolar e a comunidade (pais de alunos). Os discursos em jornais e revistas, feitos por homens da ciência, como médicos e sanitaristas, permitiram a construção de nova mentalidade dentro das salas de aula, que extrapolavam os muros de tijolos, transformando o espaço da escola em um verdadeiro formador de cidadão republicanos.

A cultura material presente nestes espaços, além dos objetos palpáveis, também nos permite entender que há uma certa cultura impalpável, imaterial, que é construída de maneira abstrata, que constituem aquelas paredes, aqueles moveis, aquelas escritas, ecoando memórias de sujeitos que fizeram parte da instituição, através de vestígios, fazendo-nos compreender que sim, o espaço educa e transforma pensamentos.

Considerações finais

A arquitetura do 5º grupo escolar da capital expressava o pensamento republicano e patriótico. O prédio desse grupo foi preparado e revitalizado unicamente para atender a educação das crianças. Nele é perceptível os objetivos dos governos republicanos de instruir, educar, higienizar e civilizar.

A construção destes prédios eram uma extensão dessa educação republicana, seus espaços de convívio foram pensados para moldar e formar mentes voltadas para a difusão da república, o respeito a pátria brasileira e aos seus símbolos, a busca pela ciência e pela verdade. As crianças não podiam se distrair com coisas supérfluas e que não colaboravam com o seu desenvolvimento. Isso fazia com que fossem constantemente vigiadas pelos professores e diretores.

A arquitetura também foi amplamente pensada para uma boa circulação de ar, naquele período histórico a preocupação com a saúde das crianças era impressa nessas construções, pois crianças saudáveis representavam uma pátria saudável.

O pensamento republicano se fez presente por todos do 5º grupo escolar e em todos os momentos a república, o patriotismo e a pátria eram ovacionados, inclusive nas construções grandiosas. Homens brasileiros considerados importantes naquela época foram homenageados nas escolas em todo o Brasil e aqui no 5º grupo escolar, o nome do Barão do Rio Branco foi dado à escola, reafirmando o papel da instituição não só na educação, como também na formação dos futuros republicanos.

Compreender os prédios como lugares de aprendizagem é mergulhar em um profundo oceano de ideias que podem partir de várias frentes: história da arte, história da modernidade, história das mentalidades, história da arquitetura, entre outras.

Dessa forma, entende-se que as pesquisas com essas construções podem nos dar muitas informações do contexto social, político, econômico e cultural de uma região, ou de uma cidade, entendendo assim que os pesquisadores da história da educação precisam cada vez mais se deleitar nas materialidades e nas imaterialidades que se formam a partir destas fontes.

Referências

ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. pp 55-100.

ALVES, L. M. S. A.; ARAÚJO, S. M. S. Assistência, proteção e direito à infância em Belém do Pará com a fundação do IPAI (1910-1912). In: **International Studies on Law and Education**, 22, jan-abr. 2016. CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto. Disponível em: <http://docplayer.com.br/16722112-Assistencia-protecao-e-direito-a-infancia-em-belem-do-para-com-a-fundacao-do-ipai-1910-1912.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BENCOSTTA, M. L. A. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). In: **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FJghRmsfGKdBkyzrRLyKwXs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CASTRO, C. A. A presença dos materiais escolares no Maranhão oitocentista. In: CASTRO, C. A.; CURY, C. E. (Orgs.). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011. pp. 13-34.

FRAGO, A. V. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 62 – 139.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. [Tradução de Gizele de Souza], **Revista Brasileira de História da Educação**, n°1, jan./jun. 2001, p. 9-43. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17300530-A-culturaescolar-como-objeto-historicodominique-julia.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] – 7ª ed. revista - Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2013.

MARQUES, E. S. A.; CARVALHO, M. V. C. O significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. In: **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, Ano 21, n. 35, jul./dez 2016. pp. 122-142. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/educador-assistente-apostila05.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Rev. História USP**. Texto publicado no I Simpósio Nacional de História Antiga, Universidade Federal da Paraíba, ago. 1983, p. 103-117. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/61796/64659>. Acesso em: 15 dez. 2017.

PARÁ. Decreto n° 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganiza o ensino primário do estado. In: PARÁ. **Atos e Decisões**. Typ. do Diário Oficial: Pará, 1899.

PARÁ. **Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado do Pará**.

Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2441/000002.html>. Acesso em: 15 jun. 2016.

PARÁ. 5º GRUPO ESCOLAR. **Relatório do ano de 1909**. Belém: Typografia do Instituto Lauro Sodré, 1910.

PRATES, Fernanda Ramos Oliveira. Cultura material escolar: a escola e seus artefatos. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 49, set. 2013, p. 363-365. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602013000300021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602013000300021>.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARÍN, V. T. (orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr – (Coleção educação contemporânea).

Informações do(a)s autor(a)(es)

Mário Allan da Silva Lopes
Universidade do Estado do Pará
E-mail: m.allanlopes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6682-4633>

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França
Universidade do Estado do Pará
E-mail: socorroavelino@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6974-2606>